

JORNAL DO BRASIL

Uma agenda para a educação

ANA LUIZA MACHADO
PINHEIRO *

Cresce, aos poucos, a consciência de que o governo não pode tudo, quando se trata de melhorar a qualidade do ensino e reverter os altos índices de repetência e insucesso escolar. Firma-se a certeza de que a educação básica é um compromisso de todos. E multiplicam-se, aqui e ali, iniciativas e experiências bem-sucedidas nas escolas, envolvendo a família e as lideranças da comunidade.

Nesse contexto, o Ano Nacional da Educação deve ser visto como oportunidade de elaborar uma agenda nacional de compromissos com a educação básica. Nessa agenda, há espaço e tarefas para todos.

É um desafio para o governo federal a implantação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, previsto na Proposta de Emenda à Constituição número 233, de 1995, de autoria do próprio Executivo, em tramitação no Congresso. Esse fundo constitui inquestionável avanço na gestão do sistema público de ensino. O ensino fundamental, contudo, não pode prescindir do aporte de recursos da União, e essa obrigação deve ser mantida no texto constitucional, para evitar que estados e municípios fiquem à mercê da boa vontade dos futuros governantes do país.

Além de aprovar a constituição do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o Congresso Nacional tem, este ano, a tarefa de votar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O Brasil precisa de uma lei que respeite a sua diversidade cultural, bem como observe as disparidades socioeconômicas existentes, evitando dispositivos que "engessem" o sistema de ensino. Aos governos dos estados, cabe assegurar, em estreita cooperação com os municípios, equidade na oferta das oportunidades educacionais. Também a eles está reservada a tarefa de desenvolver programas abrangentes de capacitação e formação docente. E, principalmente, implantar planos de carreira capazes de incentivar o aperfeiçoamento contínuo do professor e reconhecer os resultados do seu trabalho.

*Em muitos estados, já foram aprovadas emendas à Constituição

que elevam para cima de 25% das receitas públicas o percentual mínimo de investimento em educação. Esta é uma boa pauta para as Assembleias Legislativas. Além de fiscalizar as políticas públicas desenvolvidas pelos governos estaduais, os deputados podem e devem, ainda, incentivar as lideranças municipais a investir mais, e melhor, na educação.

Os municípios mais ricos precisam assumir parcela compatível de responsabilidade na manutenção e desenvolvimento do sistema de ensino. Cada prefeitura, com ou sem dinheiro, tem também diante de si o desafio de formular estratégias para garantir, com o auxílio dos estados e da União, os direitos elementares das crianças em idade pré-escolar.

Dos empresários, esperamos uma parceria efetiva, sem paternalismos. Dos sindicatos e entidades ligados aos profissionais da educação, esperamos um novo paradigma de discussão, onde a palavra emprego seja substituída pela palavra "serviço". Dos diretores, professores, especialistas, técnicos e demais servidores das escolas, esperamos particular atenção com a comunidade. É preciso incentivar e motivar a família a participar da vida da escola. É preciso selecionar estratégias pedagógicas que facilitem o aprendizado. E cuidar para que a alegria e o prazer estejam presentes em cada momento desse processo.

A escola pública não pertence ao estado; pertence à comunidade. O governo tem o dever de investir na manutenção e melhoria do sistema de ensino. Cada escola é, no entanto, um espaço único de vivência. De convivência. E de relações que vão propiciar, ou inibir, o desenvolvimento de cada aluno ali matriculado.

No Ano da Educação, cada um de nós tem muito a fazer para que as novas gerações possam ingressar no terceiro milênio com chances de trabalho, com chances de inserção na vida social e na cultura do mundo contemporâneo. Com chance, enfim, de construir seu próprio destino, em meio às infinitas possibilidades na existência humana.

* Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Educação

(Consede)